



Demonstrações Financeiras

Iguá Rio de Janeiro S.A.

**31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente**

Iguá Rio de Janeiro S.A.



Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
---	----------

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Balanco patrimonial	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do valor adicionado	12

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia	13
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais	14
3. Receita operacional líquida	17
4. Custos e despesas	18
5. Resultado financeiro	18
6. Imposto de renda e contribuição social	19
7. Resultado por ação	21
8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	21
9. Depósitos bancários vinculados	22
10. Contas a receber e outros recebíveis	22
11. Intangível e ativo de contrato	23
12. Fornecedores	26
13. Empréstimos e financiamentos	26
14. Debêntures	28
15. Provisão para perdas em causas judiciais	31
16. Patrimônio líquido	32
17. Gerenciamento do capital	33
18. Instrumentos financeiros	34
19. Partes relacionadas	40
20. Seguros	41
21. Compromissos	41
22. Informações complementares a DFC	42

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Iguá Rio de Janeiro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Iguá Rio de Janeiro S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguá Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil e com as normas internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto

Por que é um PAA

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, as receitas brutas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário totalizaram R\$1.638.099 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.430.460 mil em 31 de dezembro de 2024). O processo de reconhecimento dessas receitas envolve elevado volume de transações e uma base altamente pulverizada de clientes. Adicionalmente, o reconhecimento das receitas requer a utilização de estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, calculadas a partir da última data de leitura de consumo até a data do balanço patrimonial, com base em premissas e julgamentos definidos pela Administração da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) ao julgamento relevante exercido pela Administração no reconhecimento das receitas brutas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo as estimativas relacionadas à mensuração da receita não faturada; e (iii) ao elevado volume de transações processadas mensalmente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) A avaliação do desenho e da implementação, bem como a execução de testes de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento de especialistas em Tecnologia da Informação para a avaliação dos controles gerais do ambiente de TI e dos controles automatizados associados ao reconhecimento de receitas.
- ii) A elaboração de projeções independentes, com base em premissas históricas de receita, volume faturado e base de clientes, e a comparação dos resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia.
- iii) Execução de testes substantivos sobre as receitas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário reconhecidas no exercício, com o objetivo de avaliar a ocorrência e a exatidão das transações.
- iv) No que se refere à estimativa da receita a faturar relacionada a volumes consumidos e ainda não faturados, a verificação dos dados, premissas e critérios adotados pela Administração, bem como da consistência desses critérios em relação ao exercício anterior, incluindo o recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2025 e a realização de testes de inspeção documental, em base amostral, por meio do exame das faturas subsequentes e de sua respectiva liquidação.
- v) A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas aos processos de reconhecimento de receitas brutas de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em função dessas constatações, ajustamos nossa abordagem de auditoria, com ampliação da extensão dos procedimentos inicialmente planejados, de modo a obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências obtidas, consideramos que as receitas reconhecidas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura da concessão - Intangível, ativo de contrato e outorga da concessão

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha registrados saldos de ativos intangíveis de concessão, ativos de contrato e outorga da concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, nos montantes de R\$830.953 mil, R\$299.780 mil e R\$6.483.419 mil (R\$489.411 mil, R\$305.697 mil e R\$6.692.001 mil em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção e na melhoria da infraestrutura, de acordo com os contratos de concessão e as práticas contábeis aplicáveis.

Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos à medida que o concessionário obtém o direito (autorização) de cobrar dos usuários pelos serviços públicos prestados, por meio da aplicação de tarifas. Os ativos de contrato correspondem aos ativos intangíveis de concessão ainda em fase de construção, os quais são reclassificados para a rubrica de ativo intangível quando entram em operação.

A outorga da concessão, por sua vez, refere-se aos montantes pagos em decorrência da celebração dos contratos de concessão, os quais são amortizados de forma linear ao longo do prazo contratual.

A mensuração da infraestrutura de concessão é realizada com base no método do custo acrescido de margem, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Esse processo envolve julgamentos significativos, uma vez que é impactado pela diversidade e pela natureza dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, aumentando a complexidade da adequada mensuração e classificação contábil desses ativos.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) às especificidades relacionadas à mensuração e ao processo de capitalização de gastos com a infraestrutura da concessão, os quais envolvem determinado grau de julgamento por parte da Administração na distinção entre custos capitalizáveis e despesas de manutenção; e (iii) ao elevado grau de julgamento requerido na avaliação da recuperabilidade dos ativos, que depende da utilização de premissas e estimativas de natureza subjetiva.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) A avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão.
- ii) A execução de procedimentos de auditoria sobre a análise de recuperabilidade dos ativos preparada pela Administração, com o objetivo de avaliar a existência de eventuais indicativos de redução ao valor recuperável a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025. Como parte desses procedimentos, desafiamos as estimativas e premissas relevantes de negócio, incluindo projeções de crescimento de receita, custos e despesas, bem como envolvemos especialistas para avaliação do modelo utilizado na elaboração das premissas, verificação do cálculo matemático e revisão da taxa de desconto, a fim de avaliar se os ativos de infraestrutura da concessão apresentavam indícios de desvalorização.
- iii) Execução de testes substantivos, em base amostral, sobre as adições ao ativo, com a finalidade de avaliar a ocorrência, a mensuração e a natureza dos gastos, bem como a adequação da classificação entre custos capitalizáveis ou despesas, por meio da inspeção da documentação suporte correspondente.
- iv) A execução de testes, em base amostral, sobre as transferências realizadas de ativo de contrato (obras em andamento) para ativo intangível, com o objetivo de avaliar a exatidão do momento de início da amortização.
- v) A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas ao processo de capitalização de ativos, bem como ajustes de natureza imaterial, os quais demandaram a reavaliação de nossa abordagem de auditoria e a ampliação da extensão dos nossos procedimentos inicialmente planejados, com o objetivo de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. A Administração, no exercício de seu julgamento, decidiu não registrar tais ajustes, por tê-los considerado imateriais no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitável o processo de reconhecimento da infraestrutura da concessão – compreendendo o ativo intangível, o ativo de contrato e a outorga da concessão, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

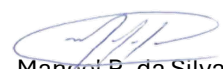
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 25 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais



	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	3	1.734.252	1.633.097
Custo dos serviços prestados	4	(1.132.554)	(1.146.111)
Lucro bruto		601.698	486.986
Despesas e outras receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(79.050)	(146.395)
Outras receitas		1.252	385
		(77.798)	(146.010)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		523.900	340.976
Receitas financeiras	5	64.110	130.333
Despesas financeiras	5	(1.114.242)	(1.088.534)
Resultado financeiro líquido		(1.050.132)	(958.201)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(526.232)	(617.225)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	178.193	209.789
Prejuízo do exercício		(348.039)	(407.436)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais)	7	(0,173154)	(0,202704)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(348.039)	(407.436)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(348.039)	(407.436)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(526.232)	(617.225)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa:			
Baixa de ativo de direito de uso e intangível		-	(52)
Depreciação e amortização	4	251.717	233.872
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	4	(28.167)	49.133
Provisões		400	30.279
Atualização de outorga	5	-	85.153
Encargos e variações monetárias, líquidas		967.804	872.306
		665.522	653.466
Variações em:			
Contas a receber e outros recebíveis		(6.220)	(31.874)
Impostos e contribuições a recuperar		(7.901)	(5.870)
Outros ativos		(10.936)	1.240
Fornecedores e partes relacionadas		(67.045)	23.821
Poder concedente a pagar	11.2 (ii)	(1.817.689)	-
Obrigações fiscais		182	2.630
Outras obrigações		5.710	3.034
		(1.238.377)	646.447
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		5.694	4.456
Juros pagos de debêntures, empréstimos e arrendamentos		(252.962)	(185.130)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.485.645)	465.773
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativo intangível, imobilizado e ativo de contrato	11 e 22 a.	(345.876)	(406.572)
Depósitos bancários vinculados	9	(123.293)	-
Aplicações financeiras	8	976.280	(504.370)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		507.111	(910.942)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e debêntures tomados	13.2 e 14.2	131.765	3.210.133
Custo de transação pago no período		-	(198.264)
Pagamentos de empréstimos, debêntures e arrendamentos		(51.301)	(1.683.169)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		80.464	1.328.700
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(898.070)	883.531
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	927.322	43.791
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	29.252	927.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguá Rio de Janeiro S.A.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais



Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.252	927.322	Fornecedores e outras contas a pagar	12	113.495	200.792
Aplicações financeiras	8	2.004	941.915	Fornecedores - risco sacado	12	20.565	22.916
Depósitos bancários vinculados	9	73.956	-	Partes relacionadas a pagar	19 b.	57.354	42.713
Contas a receber e outros recebíveis	10	264.273	224.192	Empréstimos e financiamentos	13	354	144
Impostos e contribuições a recuperar		25.406	17.541	Passivo de arrendamento		18.422	16.005
Outros ativos		21.999	10.210	Poder concedente a pagar	11 a.	-	1.818.303
Total do ativo circulante		416.890	2.121.180	Debêntures	14	71.206	-
Não circulante				Obrigações fiscais		19.471	19.289
Realizável a longo prazo				Outras obrigações		24.536	18.548
Depósitos bancários vinculados	9	59.714	-	Total do passivo circulante		325.403	2.138.710
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	937.232	759.039	Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		36	-	Fornecedores e outras contas a pagar		21.784	-
Outros ativos		129	982	Partes relacionadas a pagar	19 b.	110.116	110.116
Total do realizável a longo prazo		997.111	760.021	Passivo de arrendamento		10.417	12.921
Imobilizado		4.060	3.829	Empréstimos e financiamentos	13	620.029	485.751
Ativos de direito de uso		27.798	28.493	Debêntures	14	7.750.794	7.085.017
Intangível e ativo de contrato	11	7.618.213	7.491.780	Provisão para perdas com causas judiciais	15	686	286
Total do ativo não circulante		8.647.182	8.284.123	Outras obrigações		-	278
				Total do passivo não circulante		8.513.826	7.694.369
				Total do passivo		8.839.229	9.833.079
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16 a.	661.030	608.830
				Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	16 b.	1.388.243	1.439.785
				Prejuízos acumulados		(1.824.430)	(1.476.391)
				Total do patrimônio líquido		224.843	572.224
Total do ativo		9.064.072	10.405.303	Total do passivo e patrimônio líquido		9.064.072	10.405.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Capital subscrito e integralizado	Debêntures obrigatoriamente convertíveis em ações	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16	560.001	1.503.282	(1.068.955)	994.328
Conversão parcial		48.829	(48.829)	-	-
Modificação de contrato		-	(14.668)	-	(14.668)
Prejuízo do exercício		-	-	(407.436)	(407.436)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16	608.830	1.439.785	(1.476.391)	572.224
Conversão parcial	16 a.	52.200	(52.200)	-	-
Modificação de contrato		-	658	-	658
Prejuízo do exercício		-	-	(348.039)	(348.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16	661.030	1.388.243	(1.824.430)	224.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receitas		1.919.519	1.720.415
Receitas de contratos com clientes	3	1.891.162	1.769.168
Outras receitas		190	380
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	28.167	(49.133)
Insumos adquiridos de terceiros		(906.983)	(944.815)
Custos dos serviços prestados		(892.083)	(923.268)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(14.900)	(21.547)
Valor adicionado bruto		1.012.536	775.600
Depreciação e amortização	4	(251.717)	(233.872)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		760.819	541.728
Receitas financeiras	5	64.110	130.333
Outras receitas		1.061	5
Valor adicionado total a distribuir		825.990	672.066
Pessoal		118.030	99.493
Remuneração direta		91.925	81.554
Benefícios		22.994	15.275
FGTS		3.111	2.664
Impostos, taxas e contribuições		(55.368)	(103.201)
Federais		(55.369)	(103.201)
Municipais		1	-
Remuneração de capitais de terceiros		1.111.367	1.083.210
Juros		1.026.550	937.595
Aluguéis		675	781
Despesa com atualização de outorga	5	-	85.153
Outras		84.142	59.681
Remuneração de capitais próprios		(348.039)	(407.436)
Prejuízo do exercício		(348.039)	(407.436)
Valor adicionado total distribuído		825.990	672.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Informações gerais

A Iguá Rio de Janeiro S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e sem negociação *free float*, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A controladora direta da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., sociedade anônima de capital aberto com registro na categoria “A” perante a CVM.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2026.

1.2. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 11 de junho de 2021, com o propósito específico de celebrar e executar o contrato de concessão decorrente do leilão promovido pelo Estado do Rio de Janeiro para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Bloco 2 dessa licitação.

Em 7 de fevereiro de 2022, após período de operação assistida, a Companhia iniciou a operação plena da concessão, passando a ser responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto nas regiões da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá e Vargens, na capital do Estado do Rio de Janeiro, bem como nos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes. O prazo contratual da concessão é de 35 anos, contados da data de início da operação plena.

Nos termos do contrato de concessão, a Companhia assumiu obrigações relevantes de investimento, universalização e qualidade dos serviços, bem como compromissos financeiros relacionados ao pagamento de outorga fixa e variável, estruturados de forma compatível com o plano econômico-financeiro do projeto.

1.3. Continuidade operacional

A Companhia encontra-se em fase inicial de maturação da concessão, caracterizada por elevados níveis de investimento em infraestrutura e por estrutura de capital intensiva em financiamento de longo prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apurou prejuízo de R\$348.039 (prejuízo de R\$407.436 em 31 de dezembro de 2024), refletindo substancialmente as despesas financeiras associadas às debêntures emitidas para financiar a outorga e os investimentos do projeto, as quais totalizaram R\$951.100 no exercício (R\$913.147 em 2024), conforme nota explicativa nº 5.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta elevado índice de alavancagem financeira, compatível com a estrutura típica de financiamento de projetos de infraestrutura em fase inicial de operação. Esse perfil de endividamento está alinhado ao modelo econômico-financeiro originalmente estruturado para a concessão, que prevê intensificação progressiva da geração operacional de caixa à medida que os investimentos sejam incorporados à base de ativos e a concessão alcance maior maturidade operacional.

A Administração monitora continuamente as projeções de fluxo de caixa, considerando o plano de negócios aprovado, as obrigações contratuais de investimento e o cronograma de amortização das dívidas. Com base nessas avaliações e no horizonte de longo prazo da concessão, a Administração entende que a Companhia dispõe de condições adequadas para a continuidade normal de suas operações, não havendo, na data-base destas demonstrações financeiras, incerteza relevante que possa levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma).

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

- Alterações ao OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Em relação as demais normas contidas na tabela acima não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Reforma tributária

Em 2025 foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A nova legislação estabelece a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), de competência compartilhada entre estados e municípios, os quais substituirão gradualmente tributos atualmente incidentes sobre o consumo, como PIS, COFINS, ICMS, ISS e, parcialmente, o IPI. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo (“IS”), aplicável a determinados bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, não abrangendo os serviços de saneamento básico. O período de transição para o novo sistema tributário ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual os tributos atualmente vigentes coexistirão com a CBS e o IBS, de forma progressiva.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação da reforma tributária e vem conduzindo análises preliminares sobre os potenciais impactos do novo sistema tributário nas operações da Companhia. Considerando que parte relevante da regulamentação complementar e dos aspectos operacionais do novo modelo ainda está em processo de definição, as avaliações relacionadas aos possíveis efeitos sobre os resultados e a posição financeira da Companhia seguem em desenvolvimento e serão atualizadas à medida que novas normas e orientações sejam emitidas pelas autoridades competentes.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerce julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são continuamente avaliadas com base em histórico, expectativas futuras e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, e suas revisões são reconhecidas prospectivamente.

Os principais julgamentos e estimativas que possuem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia referem-se, principalmente:

- (i) à mensuração das receitas não faturadas;
- (ii) à mensuração das perdas esperadas de crédito relacionadas às contas a receber e ativos de contrato;
- (iii) ao reconhecimento e à realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas;
- (iv) ao reconhecimento de gastos capitalizáveis e despesas operacionais considerando a natureza e o potencial de geração de benefícios futuros;
- (v) à avaliação da recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de concessão; e
- (vi) à provisões para perdas com causas judiciais.

As estimativas utilizadas refletem as melhores informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras e são consistentes com a natureza e o estágio de desenvolvimento da concessão. A Administração entende que as premissas adotadas são razoáveis e consistentes com a realidade operacional e financeira da Companhia.

Adicionalmente, durante o exercício de 2025, a Administração revisou parâmetros e premissas utilizados na mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e nos critérios relacionados à avaliação da expectativa de realização das receitas reconhecidas. Essa revisão decorre do aprimoramento contínuo dos modelos de estimativa adotados pela Companhia, com base na evolução do histórico de inadimplência, no comportamento recente da base de clientes e na maturidade operacional das concessões.

A revisão realizada resultou em atualização das estimativas utilizadas na mensuração desses saldos, sendo seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva nas demonstrações financeiras do exercício corrente.

3. Receita operacional líquida

3.1. Política contábil

A Companhia apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A mensuração da receita reflete o valor que a Companhia espera receber em contraprestação pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, serviços acessórios e atividades de construção associadas ao contrato de concessão.

A Administração adota critérios objetivos para avaliar a expectativa de realização financeira das receitas reconhecidas, considerando o histórico de pagamentos, o comportamento recente de adimplência e outros fatores relevantes. Quando não há expectativa razoável de recebimento, a receita previamente reconhecida é estornada.

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. O reajuste das tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão e depende de homologação da Agência Reguladora.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato e subsequentemente como um ativo intangível à medida em que a Companhia recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

c) Receita de serviços de operação

A receita de serviços de operação corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

3.2. Composição

	2025	2024
Água	851.883	753.291
Esgoto	786.216	677.169
Construção	359.272	406.806
Serviços	98.179	31.684
Abatimentos e cancelamentos	(204.388)	(99.782)
Total da receita operacional	1.891.162	1.769.168
Impostos sobre serviços	(156.910)	(136.071)
Total da receita operacional líquida	1.734.252	1.633.097

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2025	2024
Custo de construção	(359.272)	(406.806)
Água	(352.769)	(353.954)
Depreciação e amortização	(251.717)	(233.872)
Despesas com pessoal	(128.456)	(109.339)
Outorga e taxas de fiscalização	(55.386)	(48.177)
Serviços de terceiros	(44.261)	(46.215)
Outros custos e despesas	(47.910)	(45.010)
Perdas líquidas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	28.167	(49.133)
Total	(1.211.604)	(1.292.506)
Custo dos serviços prestados	(1.132.554)	(1.146.111)
Despesas administrativas e gerais	(79.050)	(146.395)
Total	(1.211.604)	(1.292.506)

5. Resultado financeiro

5.1. Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras e debêntures que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2. Composição

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	49.964	120.058
Juros de contas a receber de clientes	11.388	8.912
Outras receitas financeiras	2.758	1.363
Total	64.110	130.333
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(951.100)	(913.147)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(60.961)	(8.412)
Fiança bancária	(67.227)	(52.259)
Juros sobre arrendamento	(2.887)	(1.227)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros sobre debêntures com partes relacionadas - Nota 19	(12.077)	(8.597)
Ganho (perda) líquida na remensuração das debêntures conversíveis	474	(6.212)
Despesa com atualização de outorga	-	(85.153)
Comissões e despesas bancárias	(5.325)	(3.694)
Outras despesas financeiras	(15.139)	(9.833)
Total	(1.114.242)	(1.088.534)
Resultado financeiro	(1.050.132)	(958.201)

6. Imposto de renda e contribuição social**6.1. Política Contábil****a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, e são revisados a cada data-base, sendo reduzidos quando essa realização deixa de ser provável.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data-base e apresentados de forma líquida quando há direito legalmente executável de compensação e quando relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

6.2. Composição

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	809.122	668.200	-	-	140.922	166.815
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e receita não reconhecida	150.816	112.434	-	-	38.382	45.667
Outras diferenças temporárias	4.099	3.331	-	-	768	395
Direitos a faturar	-	-	23.632	22.913	(719)	(2.541)
Diferimento receita órgão público	-	-	2.725	2.013	(712)	(547)
Juros capitalizados	-	-	448	-	(448)	-
	964.037	783.965	26.805	24.926	178.193	209.789
Compensação (b)	(26.805)	(24.926)	(26.805)	(24.926)	-	-
Total	937.232	759.039	-	-	178.193	209.789

(a) Com base na estimativa dos resultados futuros indicados no plano anual de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados até o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis para compensação de tais perdas. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição, com expectativa de realização antes do término do prazo de concessão.

(b) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

6.3. Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos	(526.232)	(617.225)
Alíquota nominal	34%	34%
Benefício com imposto a alíquota nominal	178.919	209.857
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(1.283)	(343)
Outras	557	275
Total de benefícios com imposto de renda e contribuição social	178.193	209.789
Imposto diferido	178.193	209.789
Alíquota efetiva	(34%)	(34%)

6.4. Expectativa de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa é de realização integral do ativo fiscal diferido antes do fim do contrato de concessão.

A estimativa utilizada para realização do saldo foi feita com base no Plano de Negócios 2026-2030, que considera a maturação da eficiência operacional, crescimento da base de economias em função do aumento de cobertura, iniciativas comerciais, redução dos níveis de perdas e iniciativas de fiscalização, que gerará lucros tributáveis até o final das concessões superiores ao montante total dos créditos fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

7. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrativo abaixo. Não há instrumentos financeiros ou patrimoniais com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(348.039)	(407.436)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.010.001.000	2.010.001.000
Resultado por ação básico e diluído (reais) (a)	(0,173154)	(0,202704)

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº16 b., a Companhia possui 1,4 bilhão de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, que por sua natureza são consideradas no denominador do cálculo do resultado por ação básico e diluído.

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

8.1. Política contábil

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo e não exclusivo, com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os fundos em que a Companhia possui aplicações, apresentam em sua regulamentação, a possibilidade de risco de liquidez, alteração de valores (aumento ou redução de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado), dentre outros fatores de riscos. Deste modo, os mesmos não atendem os critérios de reconhecimento de caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Composição

	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos			24.663	19.552
Operações compromissadas	91,27% do CDI	13,06%	4.589	3.046
Certificado de depósito bancário			-	904.724
Total caixa e equivalentes de caixa			29.252	927.322
Aplicações financeiras				
Fundo de investimento (a)	101,77% do CDI	14,56%	2.004	941.915
Total aplicações financeiras			2.004	941.915

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(a) Fundos de investimento, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa, do tipo FIC, com liquidez diária, referenciados ao DI, bem como em títulos públicos, remunerado a condições e taxas normais de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, crédito e liquidez, bem como a respectiva análise de sensibilidade, estão divulgadas na nota explicativa nº18.

9. Depósitos bancários vinculados

	Rentabilidade média	Taxa média anual de remuneração	2025
Fundos de investimento	101,77% do CDI	14,56%	130.505
Conta corrente			3.165
Circulante			73.956
Não circulante			59.714
Total			133.670

Depósitos bancários vinculados, em 31 de dezembro de 2025, referem-se ao saldo acumulado em contas vinculadas, com fluxo de composição das contas em conformidade com o estabelecido nos contratos de financiamento firmados, para: (I) constituição da conta pagamento no montante equivalente a 1 (uma) parcela do serviço dos financiamentos do Saneamento para Todos contratados junto ao Banco BTG Pactual S.A.; (II) constituição da conta pagamento composta mensalmente em montante equivalente a 1/6 do valor da parcela da 1ª série da 4ª emissão de debêntures; (III) constituição da conta pagamento composta mensalmente em montante equivalente a 1/6 do valor da parcela da 2ª série da 4ª emissão de debêntures e (IV) constituição da conta reserva no montante equivalente a 1 (uma) parcela da 1ª série da 4ª emissão de debêntures.

10. Contas a receber e outros recebíveis

10.1. Política contábil

Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção e operação no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base no modelo de perdas esperadas, conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando a avaliação de créditos individualmente relevantes e a aplicação de percentuais de perda por faixa de vencimento (*aging*), ajustados com base em informações prospectivas.

10.2. Composição do contas a receber e outros recebíveis

As contas a receber e outros recebíveis referem-se, substancialmente, a valores a receber pela prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, bem como a outros créditos operacionais e financeiros, incluindo créditos com partes relacionadas.

	Nota	2025	2024
Contas a receber de saneamento e serviços		343.810	335.479
Direitos a faturar (a)		76.589	74.260
Total contas a receber		420.399	409.739
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa		(162.906)	(191.073)
		257.493	218.666
Operações mensais - partes relacionadas	19 b.	4	12
Outros		6.776	5.514
Total outros recebíveis		264.273	224.192

(a) São os serviços prestados e ainda não faturados, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

10.3. Composição por vencimento do contas a receber

A composição por vencimento das contas a receber de saneamento e serviços e direitos a faturar é como segue:

	2025	2024
A vencer	238.803	238.891
Vencidos até 30 dias	18.491	19.862
Vencidos entre 31 e 60 dias	7.286	11.687
Vencidos entre 61 e 90 dias	5.315	7.682
Vencidos entre 91 e 120 dias	3.063	6.836
Vencidos entre 121 e 150 dias	3.063	2.362
Vencidos entre 151 e 180 dias	2.051	3.840
Vencidos acima de 180 dias (a)	142.327	118.579
Total	420.399	409.739

(a) Em sua maioria refere-se a clientes públicos.

10.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	141.940
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	49.133
Saldos em 31 de dezembro de 2024	191.073
Reversão das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (a)	(28.167)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	162.906

(a) O valor de reversão contempla o efeito de revisão da política de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa realizada em 2025.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve baixas relevantes de créditos considerados irrecuperáveis.

11. Intangível e ativo de contrato

11.1. Política contábil

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem, substancialmente, (i) direitos de concessão adquiridos de terceiros, (ii) ativos intangíveis reconhecidos em decorrência de contratos de concessão, nos termos da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, e (iii) valores pagos a título de outorga de concessão. Em adição, a Companhia reconhece ativos de contrato relacionados a obras em andamento vinculadas aos contratos de concessão.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear, a partir do momento em que o ativo esteja disponível para uso, e não excede o prazo final dos respectivos contratos de concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Conforme a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 e a OCPC 05, os dispêndios relacionados à construção, ampliação ou melhoria da infraestrutura concedida são reconhecidos como ativos quando representam serviços de construção com potencial de geração de benefícios econômicos futuros. Os gastos com manutenção e conservação são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A Administração exerce julgamento na distinção entre gastos capitalizáveis e despesas operacionais, com base na política contábil do Grupo e nos critérios estabelecidos pelas normas aplicáveis, avaliando, entre outros aspectos, se os dispêndios resultam em aumento de capacidade, melhoria de desempenho ou extensão da vida útil da infraestrutura concedida. Gastos que representam manutenção ou conservação da infraestrutura são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis são capitalizados até que o ativo esteja substancialmente pronto para uso, nos termos do CPC 20 (R1). Os encargos financeiros associados a captações destinadas ao pagamento de outorga não são capitalizados, por não atenderem à definição de ativo qualificável.

Adicionalmente, a Companhia reconhece como ativos intangíveis determinados gastos com softwares, sistemas e projetos de desenvolvimento que não se enquadram no escopo da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, por não representarem investimentos em infraestrutura física concedida. Esses ativos são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, quando atendidos os critérios de identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros, sendo amortizados ao longo de suas respectivas vidas úteis estimadas.

11.2. Composição

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga da concessão	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	232.630	169.563	6.900.583	4.890	7.307.666
Adições	-	406.806	-	922	407.728
Transferências	270.672	(270.672)	-	-	-
Amortização	(13.891)	-	(208.582)	(1.141)	(223.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	489.411	305.697	6.692.001	4.671	7.491.780
Adições (a)	1.318	357.954	-	709	359.981
Transferências	363.871	(363.871)	-	-	-
Amortização	(23.647)	-	(208.582)	(1.319)	(233.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	830.953	299.780	6.483.419	4.061	7.618.213

(a) A Companhia capitalizou, em 31 de dezembro de 2025, os juros sobre os empréstimos captados no montante de R\$1.318, não houve capitalizações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (a)	2024	2025		
		Custo total	Adições	Transferência	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,12	13.906	-	2.280	16.186
Máquinas, aparelhos e equipamentos	16,67	42.837	-	33.375	76.212
Rede de Água	3,14	248.500	-	115.999	364.499
Rede de Esgoto	3,14	203.857	-	212.217	416.074
Juros Capitalizados	3,23	-	1.318	-	1.318
Total		509.100	1.318	363.871	874.289
Amortização acumulada		(19.689)	(23.647)	-	(43.336)
Total líquido		489.411	(22.329)	363.871	830.953

	Taxa média de amortização % a.a. (a)	2023	2024		
		Custo	Adições	Transferência	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,02	8.937	-	4.969	13.906
Máquinas, aparelhos e equipamentos	16,67	26.877	-	15.960	42.837
Rede de Água	3,04	115.531	-	132.969	248.500
Rede de Esgoto	3,04	87.083	-	116.774	203.857
Total		238.428	-	270.672	509.100
Amortização acumulada		(5.798)	(13.891)	-	(19.689)
Total líquido		232.630	(13.891)	270.672	489.411

(a) Os prazos de amortização não excedem o prazo da concessão.

(ii) Outorga de concessão

Refere-se aos valores pagos a título de outorga fixa no âmbito do contrato de concessão do Bloco 2 do leilão promovido pelo Estado do Rio de Janeiro, incluindo custos diretamente atribuíveis à aquisição da concessão, tais como despesas com assessoria técnica e consultoria. Em 31 de dezembro de 2025, a totalidade das parcelas da outorga fixa encontra-se integralmente quitada, não havendo saldos a pagar relacionados a esse compromisso na data-base.

O valor da outorga é amortizado pelo método linear ao longo do prazo contratual da concessão, à taxa média de 2,86% ao ano, não excedendo o período remanescente do contrato.

b) Amortização

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

c) Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia a recuperabilidade do valor contábil de seus ativos intangíveis decorrente do contrato de concessão, sempre que existam indícios de perda ou, no mínimo, ao final de cada exercício social. Para fins dessa avaliação, a Administração considera como unidade geradora de caixa (UGC) o direito de concessão, uma vez que os fluxos de caixa gerados são essencialmente interdependentes e não podem ser identificados de forma individualizada para ativos específicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

O valor recuperável da UGC é determinado com base no maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Considerando a inexistência de mercado ativo para a alienação do direito de concessão, a Administração adotou o conceito de valor em uso, calculado por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, consistente com as melhores práticas de avaliação econômica aplicáveis a concessões de infraestrutura.

Os fluxos de caixa projetados foram elaborados com base no Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração, abrangendo o período de 2026 até o término da concessão, e refletem as premissas operacionais, econômicas e regulatórias consideradas razoáveis e fundamentadas pela Administração, incluindo projeções de crescimento da base de clientes, evolução da cobertura de serviços, eficiência operacional, níveis de investimento e reajustes tarifários previstos contratualmente. As projeções foram elaboradas em termos nominais.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por uma taxa que reflete a avaliação atual de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos associados à unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de desconto nominal utilizada foi de 13,66% (10,71% em 31 de dezembro de 2024), calculada com base na metodologia de custo médio ponderado de capital (WACC), considerando parâmetros de mercado aplicáveis a concessões comparáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de concessão. Como resultado dessa avaliação, o valor recuperável da unidade geradora de caixa excedeu seu valor contábil, não sendo necessária a constituição de perda por redução ao valor recuperável (impairment).

12. Fornecedores

	2025	2024
Água comprada para revenda (a)	30.268	62.402
Fornecedores diversos	105.011	138.390
Circulante	113.495	200.792
Não circulante	21.784	-
Total	135.279	200.792

(a) Refere-se ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) à Companhia, que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo Índice de Reajuste Contratual, conforme previsto no contrato de interdependência.

Fornecedores – Risco sacado

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta, em linha separada no balanço patrimonial, o montante de R\$20.565 (R\$22.916 em 31 de dezembro de 2024) referente a fornecedores risco sacado, sendo que essa operação não implicou alteração nos prazos e nas condições originais de pagamento.

13. Empréstimos e financiamentos**13.1. Política Contábil**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

13.2. Composição

Linha de crédito	Juros médios			2025	2024
	Indexador	a.a. (a)	Vencimento		
Contrato de financiamento e repasse	TR	10,18	2048	645.511	512.136
				645.511	512.136
(-) Custo de transação				(25.128)	(26.241)
Circulante				354	144
Não circulante				620.029	485.751
Total				620.383	485.895

(a) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

13.3. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de empréstimos e financiamentos

Saldos em 31 de dezembro de 2023	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	510.133
Custo de transação pago	(9.728)
Custo de transação	(16.698)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	483.707
Outras variações	
Custo de transação	185
Pagamento de juros	(6.409)
Provisão de juros	8.412
Total de outras variações	2.188
Saldos em 31 de dezembro de 2024	485.895
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	131.765
Amortização de principal	(10.526)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	121.239
Outras variações	
Custo de transação	1.113
Pagamento de juros	(49.030)
Juros capitalizados (a)	1.318
Provisão de juros	59.848
Total de outras variações	13.249
Saldos em 31 de dezembro de 2025	620.383

(a) A Companhia capitalizou em 31 de dezembro de 2025, os juros sobre os empréstimos captados no montante de R\$1.318.

13.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes, nesse caso, todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. A Companhia não possui *covenants* financeiros a serem cumpridos em 31 de dezembro de 2025, bem como também se encontra adimplente com os não financeiros nesta data.

14. Debêntures

14.1. Política Contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

14.2. Composição

Linha de crédito	Indexador	Juros médios		Vencimento	2025	2024
		a.a. (a)				
Debêntures 1ª emissão (Iguá Saneamento) (b)		1,20		2027	61.198	53.918
Debêntures 3ª emissão (Iguá Saneamento) (b)		2,00		2028	27.250	23.585
Debêntures 4ª emissão - 1ª série	IPCA	12,46		2043	2.584.343	2.396.251
Debêntures 4ª emissão - 2ª série	IPCA	12,23		2052	2.316.232	2.149.805
Debêntures 5ª emissão	IPCA	11,39		2044	3.282.151	2.935.526
					8.271.174	7.559.085
(-) Custo de transação					(449.174)	(474.068)
Circulante					71.206	-
Não circulante					7.750.794	7.085.017
Total					7.822.000	7.085.017

(a) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

(b) Refere-se a debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, adquiridas integralmente pela controladora da Companhia.

Debêntures obrigatoriamente conversíveis

1ª emissão

Em 4 de abril de 2022, a Companhia aditou a escritura da 1ª emissão de debêntures no valor de R\$1.240.277. As debêntures são conversíveis em ações (*ordinárias*) da Companhia a qualquer momento entre a data de emissão das notas e sua data de liquidação ou obrigatoriamente conversíveis na data de vencimento em 9 de agosto de 2027. A Iguá Saneamento S.A., no papel de debenturista na hipótese de conversão, será detentora de 1.150.000 de ações. Em 7 de agosto de 2024, foi realizada a conversão de 48.829 debêntures em cotas do capital social e nesta mesma data foi realizado o 3º aditamento a esta escritura que altera o prazo de vencimento para a data supracitada. Esta alteração resultou em uma remensuração do passivo financeiro e gerou uma perda de R\$4.605, reconhecida no resultado financeiro.

Em 11 de dezembro de 2025, a Iguá Rio de Janeiro S.A. realizou a conversão de 52.200 debêntures da 1ª emissão em cotas do capital social, o que ensejou a remensuração do passivo financeiro e o reconhecimento de ganho no montante de R\$474 no resultado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**3ª emissão**

Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia emitiu 300.000 debêntures ao valor nominal unitário de R\$1,00. As debêntures são conversíveis em ações (*ordinárias*) da Companhia a qualquer momento entre a data de emissão das notas e sua data de liquidação ou obrigatoriamente conversíveis na data de vencimento em 27 de janeiro de 2028. O preço de conversão é fixo e corresponde à relação de 1 ação por 1 debênture. Em 7 de agosto de 2024, foi realizado o 3º aditamento a esta escritura que altera o prazo de vencimento para a data supracitada. Esta alteração resultou em uma remensuração do passivo financeiro e gerou uma perda de R\$1.607, reconhecida no resultado financeiro.

Os recursos líquidos recebidos pela 1ª emissão e 3ª emissão das debêntures obrigatoriamente conversíveis foram segregados entre o elemento do passivo financeiro e o componente do patrimônio líquido, conforme segue:

	1ª emissão	3ª emissão
Valor da emissão – Debêntures	1.240.277	300.000
Taxa de juros anuais a mercado (a)	15,60%	15,54%
Taxa de juros do instrumento financeiro (b)	1,20%	2,00%
Prazo (meses)	65	73
Instrumento financeiro passivo na data de emissão	25.084	11.912
Instrumento patrimonial na data de emissão (vide nota explicativa nº16 b.)	1.215.193	288.088

(a) Taxa de desconto estimada para transações com terceiros sem conversibilidade em ações. A Companhia considerou CDI + 1,20% e CDI + 2,0%, respectivamente.

Conforme escrituras de emissão de debêntures privadas obrigatoriamente conversíveis em ações.

Debêntures simples, não conversíveis**4ª emissão**

Em 15 de maio de 2023, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 4ª Emissão de Debêntures Simples, em duas séries, inicialmente, no montante de R\$3.800.000. A 1ª série no montante de R\$2.000.000 possui vencimento final em 15 de maio de 2043 e remuneração fixa equivalente a 8,20% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA. A 2ª série no montante de R\$1.800.000 possui vencimento final em 15 de maio de 2052 e remuneração fixa equivalente a 7,97% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA.

5ª emissão

Em 1 de abril de 2024, a Companhia concluiu a emissão de oferta pública de distribuição da 5ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$2.700.000. As debêntures serão amortizadas em 36 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 15 de agosto de 2026, com vencimento final em 15 de fevereiro de 2044 e remuneração fixa equivalente a 7,1303% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

As garantias das debêntures emitidas pela Controlada Iguá Rio de Janeiro S.A. consistem em: fiança bancária (2ª série da 4ª emissão); fiança da controladora Iguá Saneamento S.A.; cessão fiduciária de 100% dos recebíveis originados pela prestação de serviços de água e esgoto; alienação de 100% das ações detidas pela Companhia; cessão fiduciária das indenizações provenientes do acionamento dos seguros da concessão; cessão fiduciária dos contratados de EPC (contrato de obras) e dos contratos de operação e manutenção do Projeto, com valor individual acima de R\$10.000; cessão fiduciária das contas pagamento equivalentes a uma parcela vincenda, cessão fiduciária das contas reservas, sendo que da 2ª série e da 1ª série da 5ª emissão e dos contratos de repasse foram substituídas por uma fiança bancária na qual a Iguá é garantidora dos bancos fiadores. Ademais, ressalva-se que as garantias das debêntures são compartilhadas de forma proporcional com os contratos de financiamento e repasse.

14.3. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de debêntures

Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.531.217
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	2.700.000
Custo de transação pago	(188.536)
Amortização de principal	(1.674.026)
Custo de transação	(48.583)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	788.855
Outras variações	
Custo de transação	72.945
Pagamento de juros	(177.494)
Provisão de juros - partes relacionadas	8.597
Perda na remensuração do passivo	6.212
Reclassificação oriunda da remensuração do passivo financeiro das debêntures conversíveis	14.668
Provisão de juros	840.017
Total de outras variações	764.945
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.085.017
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Amortização de principal	(24.018)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(24.018)
Outras variações	
Custo de transação	24.894
Pagamento de juros	(201.045)
Provisão de juros - partes relacionadas	12.077
Ganho na remensuração do passivo	(474)
Reclassificação oriunda da remensuração do passivo financeiro das debêntures conversíveis	(657)
Provisão de juros	926.206
Total de outras variações	761.001
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.822.000

14.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes, nesse caso, todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. A Companhia não possui *covenants* financeiros a serem cumpridos em 31 de dezembro de 2025, bem como também se encontra adimplente com os não financeiros nesta data.

15. Provisão para perdas em causas judiciais

15.1. Política Contábil

As provisões para perdas com causas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e sendo possível a estimativa confiável do valor envolvido, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As contingências classificadas como de risco possível não são reconhecidas contabilmente e são divulgadas nesta nota explicativa. As contingências avaliadas como de risco remoto não são reconhecidas nem divulgadas.

A avaliação da probabilidade de perda e a mensuração dos valores envolvidos consideram a natureza das demandas, a jurisprudência aplicável, a experiência histórica da Companhia em casos semelhantes e a opinião de assessores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, decisões judiciais ou administrativas relevantes e novas informações disponíveis.

15.2. Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes

a) Cível: As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros, pleiteando indenizações por danos morais e materiais, questionamento dos valores faturados e questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, bem como a alegadas infrações a obrigações de reparo no pavimento asfáltico.

b) Trabalhista: As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por ex-empregados da Companhia, ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas, danos morais, horas-extras e sobreaviso, escala de revezamento, adicionais de insalubridade, periculosidade e desvio de função.

15.3. Movimentação das provisões

A movimentação das provisões para perdas com causas judiciais no exercício está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	254	32	286
Adições	464	153	617
Reversões	(12)	-	(12)
Pagamentos	(205)	-	(205)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	501	185	686

15.4. Passivos contingentes

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras referem-se a processos classificados como de risco possível, avaliados com o apoio de assessores jurídicos externos, e estão distribuídas conforme a natureza a seguir:

Natureza	2025	2024
Cíveis	41.174	31.545
Trabalhistas	10.875	5.478
Ambientais	5.345	-
Total	57.394	37.023

16. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$661.030 (R\$ 608.830 em 31 de dezembro de 2024), representado por 661.030 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Iguá Saneamento S.A. detém 100% das ações.

A Companhia realizou a conversão parcial de 52.200 cotas da 1ª emissão de debêntures em cotas do capital social, totalizando um aumento no montante de R\$52.200 no capital social, e com isso segue atendendo ao cronograma de capital social mínimo definido em contrato conforme descrito abaixo.

Nos termos do Contrato de Concessão, a Companhia está sujeita à manutenção de capital social mínimo subscrito e integralizado, conforme cronograma previamente estabelecido, cujo descumprimento pode ensejar a aplicação de penalidades contratuais. Para o quarto ano da concessão, o capital social mínimo exigido é de R\$661.030.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia atende integralmente ao montante mínimo exigido no Contrato de Concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

b) Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações

	Data	Prazo de vencimento	Taxa de juros	Quantidade (em milhares)	Registrado em patrimônio líquido em 2025	Registrado em patrimônio líquido em 2024
1ª emissão	2022	09/08/2027	1,20%	1.048.971	1.103.692	1.155.234
3ª emissão	2022	27/01/2028	2,00%	300.000	284.551	284.551

Cada debênture, cujo valor unitário nominal foi de R\$1 (um real), será obrigatoriamente convertida em 1 nova ação ordinária da Companhia até as respectivas datas de vencimento. Não há atualização monetária dos valores unitários nominais. Os juros serão liquidados ao final dos prazos de vencimento dos instrumentos em questão.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados. Considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício, não há base para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no período.

17. Gerenciamento do capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, suportar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, viabilizar a execução dos planos de investimento de longo prazo e manter acesso sustentável a fontes de financiamento compatíveis com o perfil de maturação de seus ativos. O gerenciamento de capital considera, de forma integrada, o patrimônio líquido, o nível e o perfil de endividamento, a geração operacional de caixa e o cronograma de investimentos obrigatórios.

Como métrica de acompanhamento interno, a Administração monitora o índice de alavancagem, definido como a relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido atribuível aos controladores. A dívida líquida, para esse fim, corresponde ao total de passivos, deduzido do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados.

A posição de dívida líquida e o respectivo índice de alavancagem ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Total do passivo	8.839.229	9.833.079
(-) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos vinculados	(164.926)	(1.869.237)
(=) Dívida líquida (A)	8.674.303	7.963.842
Total do patrimônio líquido (B)	224.843	572.224
Índice de alavancagem (A/B)	38,58	13,92

Espera-se que o índice de alavancagem continue em alta ao longo de 2026, à medida que a Companhia realize os desembolsos da linha de financiamento "Saneamento Para Todos", conforme detalhado na Nota Explicativa nº13 – Empréstimos e Financiamentos, para viabilizar as intervenções nos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto.

18. Instrumentos financeiros

18.1. Categorias dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de "receitas (despesas) financeiras".

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A seguir, são apresentados os instrumentos financeiros por categoria. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo, e não houve transferências entre níveis em 31 de dezembro de 2025.

	Nota	Valor justo por meio do resultado (nível 2)		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	907.770	29.252	19.552	-	-
Aplicações financeiras	8	2.004	941.915	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	9	133.670	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	10	-	-	264.273	224.192	-	-
Ativos financeiros		135.674	1.849.685	293.525	243.744	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	-	-	-	155.844	223.708
Partes relacionadas a pagar	19 b.	-	-	-	-	167.470	152.829
Poder concedente a pagar	11 a.	-	-	-	-	-	1.818.303
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	28.839	28.926
Empréstimos e financiamentos (a)	13	-	-	-	-	645.511	512.136
Debêntures (a)	14	-	-	-	-	8.271.174	7.559.085
Passivos financeiros		-	-	-	-	9.268.838	10.294.987

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

18.2. Fatores de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez, preço e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

i) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras em decorrência do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes, de suas obrigações contratuais. A exposição ao risco de crédito está concentrada, principalmente, nas contas a receber de clientes e nos saldos de caixa e aplicações financeiras. A diversificação da base de clientes e o histórico de recebimento mitigam esse risco, enquanto os saldos de caixa e aplicações financeiras são mantidos junto a instituições financeiras consideradas de primeira linha. A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contábeis dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial, como segue abaixo:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.252	927.322
Aplicações financeiras	8	2.004	941.915
Depósitos bancários vinculados	9	133.670	-
Contas a receber e outros recebíveis	10	264.273	224.192
Circulante		369.485	2.093.429
Não circulante		59.714	-
Total		429.199	2.093.429

ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos à medida que se tornam devidos. A gestão desse risco considera o perfil de vencimento dos passivos financeiros, a estrutura de capital do projeto e a previsibilidade dos fluxos de caixa ao longo da concessão.

A Administração mantém acompanhamento contínuo das necessidades de caixa e, quando necessário, avalia alternativas de captação de recursos, incluindo financiamentos e aportes de capital, de forma a assegurar liquidez adequada para a condução normal das operações.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2025	2024
Fornecedores e outras contas a pagar	12	155.844	223.708
Passivo de arrendamento		28.839	28.926
Poder concedente a pagar	11 a.	-	1.818.303
Empréstimos e financiamentos (a)	13	645.511	512.136
Debêntures (a)	14	8.182.726	7.481.582
Circulante		250.049	2.081.910
Não circulante		8.762.871	7.982.745
Total		9.012.920	10.064.655

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros:

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 4 anos	4 - 5 anos	5 anos em diante
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	155.844	155.844	134.060	7.360	14.275	37	112	-
Empréstimos e financiamentos (a)	645.511	1.617.893	54.093	54.780	62.644	73.276	73.579	1.299.521
Debêntures (a)	8.271.174	38.806.460	258.458	767.733	914.570	872.054	988.641	35.005.004
Total	9.072.529	40.580.197	446.611	829.873	991.489	945.367	1.062.332	36.304.525

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

iii) Risco de preço

As tarifas são atualizadas por uma fórmula paramétrica que busca limitar eventual desequilíbrio entre matriz de custo e faturamento. Existe risco de determinação de reajuste de forma arbitrária, diferente do previsto no contrato de concessão, que pode gerar desequilíbrios financeiros no curto prazo, mas, no longo prazo, esses eventos tendem a ser equacionados através de mediação, regulação ou processo judicial para reestabelecer condição econômico-financeira do contrato.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado impactem os resultados da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Esse risco decorre, principalmente, de variações em taxas, preços e custos relevantes para as operações. No contexto de contratos de concessão, o risco de mercado inclui, ainda, o risco de elevação dos custos de obras e serviços, que pode afetar negativamente as margens do negócio ao longo do período contratual. O objetivo da gestão de risco de mercado é identificar, avaliar, gerenciar e controlar as exposições a riscos dentro de parâmetros considerados aceitáveis, buscando, ao mesmo tempo, a otimização do retorno.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TR.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2025	Cenários										
		Provável		Apreciação das taxas				Depreciação das taxas				
				Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<i>Indexados ao CDI</i>												
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	6.593	13,05	861	16,31	1.076	19,58	1.291	9,79	646	6,52	430	
Depósitos bancários vinculados	130.505	14,06	18.355	17,58	22.949	21,09	27.530	10,54	13.762	7,03	9.181	
Total	137.098		19.216		24.025		28.821		14.408		9.611	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					4.809		9.605		(4.808)		(9.605)	
<i>Indexados ao IPCA</i>												
Passivos financeiros												
Debêntures 4ª emissão	(4.900.575)	3,71	(181.811)	4,64	(227.387)	5,57	(272.962)	2,78	(136.236)	1,85	(90.661)	
Debêntures 5ª emissão	(3.282.151)	3,71	(121.768)	4,64	(152.292)	5,57	(182.816)	2,78	(91.244)	1,85	(60.720)	
Total	(8.182.726)		(303.579)		(379.679)		(455.778)		(227.480)		(151.381)	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					(76.100)		(152.199)		76.099		152.198	
<i>Indexados a TR</i>												
Passivos financeiros												
Contrato de financiamento e repasse	(645.511)	1,84	(11.877)	2,30	(14.846)	2,76	(17.814)	1,38	(8.908)	0,92	(5.939)	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					(2.969)		(5.937)		2.969		5.938	
Exposição líquida total dos ativos e passivos financeiros												
	(8.691.139)		(296.240)		(370.500)		(444.771)		(221.980)		(147.709)	
Impacto total no resultado e no patrimônio líquido					(74.260)		(148.531)		74.260		148.531	

Fontes: Foram consideradas as taxas projetadas de IPCA e CDI para o período de doze meses e tomou como base as divulgações realizadas pela B3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

19. Partes relacionadas

19.1. Política

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações.

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Em contas a receber e outros recebíveis, partes relacionadas e debêntures	(Nota 10)	(Nota 10)				
Repasses de recursos e custos e Centro de soluções compartilhadas - Iguá Saneamento (a)	4	12	167.437	152.628	(46.977)	(43.909)
Repasses de recursos e custos (a)	-	-	33	33	-	-
Serviços prestados / Locação de Equipamentos - Fluxx.ia (b)	-	-	-	168	(662)	(1.894)
Debêntures - Iguá Saneamento - nota explicativa 14	-	-	88.448	77.503	(11.603)	(14.809)
Circulante	4	12	57.354	42.713	-	-
Não circulante	-	-	198.564	187.619	-	-
Total	4	12	255.918	230.332	(59.242)	(60.612)

(a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço e a repasses de recursos pagos durante o período em que a Companhia esteve em fase de operação assistida e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

(b) Refere-se à prestação de serviços e locação de hidrômetros inteligentes da Companhia do grupo Fluxx.ia Medição Inteligente S.A.

19.2. Remuneração da Administração-chave

A Administração-chave compreende os diretores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração inclui benefícios de curto prazo e remuneração variável, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Benefícios de curto prazo (a)	2.393	1.590
Remuneração variável	1.896	785
Total	4.289	2.375

(a) Os valores de benefícios de curto prazo incluem remunerações, encargos sociais, benefícios diretos e indiretos.

20. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicáveis a Companhia, são as seguintes:

	2025	2024
Riscos operacionais (a)	77.000	67.000
Seguro garantia	85.996	81.490
Responsabilidade civil (b)	100.000	90.000
Veículos	100.105	96.105
Risco de engenharia	625.797	515.000
Riscos ambientais	50.000	50.000
Total	1.038.898	899.595

(a) Limite máximo de R\$77.000 de cobertura em 31 de dezembro de 2025, compartilhado entre as empresas do Grupo.

(b) Limite máximo de R\$60.000 de cobertura em 31 de dezembro de 2025, compartilhado entre as empresas do Grupo.

21. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação (dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário) efetivamente obtida mensalmente correspondente a 3,5% (3% de outorga + 0,5% para o Instituto Rio Metrópoles – Fundo de desenvolvimento) no caso do município do Rio de Janeiro e 3% nos municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante líquido de R\$51.275 (R\$44.987 em 31 de dezembro de 2024).

b) Taxa de regulação

De acordo com o art. 19 da Lei nº 4.556/05 deverá ser recolhida taxa de regulação de serviços concedidos e permitidos, mensurada por meio da aplicação da alíquota de 0,5% sobre o somatório das receitas das tarifas auferidas mensalmente pelo concessionário, nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, excluindo os cancelamentos realizados sobre esses serviços e os tributos sobre ela incidentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi reconhecido o montante de R\$7.546 (R\$6.624 em 31 de dezembro de 2024).

c) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle físico dos bens reversíveis e formalizar as movimentações ao poder concedente.

d) Decorrente da compra de água da CEDAE

Refere-se ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) à Companhia, que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo Índice de Reajuste Contratual.

22. Informações complementares a DFC

Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

a) As adições abaixo foram adquiridas com base em termos de pagamento diferido, cuja liquidação ainda está em aberto no final do exercício.

	2025	2024
Aquisição de ativo intangível a prazo	58.729	53.043

A Companhia também realizou pagamentos referente a aquisição de intangível a prazo adquirido em exercícios anteriores:

	2025	2024
Pagamento referente aquisição de intangível a prazo	(44.907)	(50.817)

Composição da Diretoria

Diretoria

Flavio da Costa Vaz
William Gomes Figueiredo
Lucas Tadeu Bergamim Arrosti

Contador

Fabício dos Santos Teixeira
CRC/SP nº 1SP347408/O-9